



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1822451 - SP (2019/0185392-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030
ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA - SP298918
RECORRIDO : PAULO REINALDO PICCOLI
ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496
EDEVALDO BENEDITO GUILHERME NEVES - SP129558
ANA CARINA BORGES - SP251917
FELIPE GRADIM PIMENTA - SP308606
ANDRÉ DE ARAUJO GOES - SP221146

DECISÃO

Vistos, etc.

Verifica-se que uma das controvérsias devolvidas ao conhecimento desta Corte Superior mediante o recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A. foi afetada ao rito do art. 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, com ordem de sobrestamento, conforme acórdão da 2ª Seção proferido nos Recursos Especiais n.º 1.774.204/RS e 1.801.615/SP, DJe de 30.10.2019, para uniformizar o entendimento sobre **"Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas"**, referente ao Tema 1.033.

Nesse contexto, com a ordem de sobrestamento, os recursos que tratam da mesma controvérsia neste Superior Tribunal de Justiça devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução da questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do

CPC/2015.

Cumpre destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o recurso especial permaneça suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 1.037, inciso II, do CPC/2015, observando-se, em seguida, o procedimento dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator